

- . Alocação de recursos para esses dois casos, no valor de Cz\$ 60.971.000,00, ou seja, cerca de 570.200 OTNs.
- . O cronograma previa, para uma ou outra alternativa, a finalização dos trabalhos de campo (relocação ou aumento da área) para agosto de 1988 e a conclusão dos processos de homologação e registro de terras para agosto de 1989.

No entanto, apesar dos esforços individuais de diversas pessoas desses órgãos, somente a demarcação da A.I. Geralda-Toco Preto foi realizada. Quanto às áreas Guajajara-Canabrava e Urucu-Juruá, a segunda alternativa ficou prejudicada, em virtude de um decreto presidencial emitido em setembro de 1987, que proibia que Áreas indígenas já demarcadas pudessem ser modificadas, seja para mais, seja para menos.

Em suma, o Projeto Nordeste trouxe esperanças e criou expectativas para os Tenetehara-Guajajara. Porém, resultou em frustrações, dessa vez não por questão de dinheiro, mas pela não realização de sua necessidade maior. Ele se insere na trama de relações sócio-econômicas que envolvem os Tenetehara-Guajajara. De certa forma, foi na expectativa de sua realização que a ELETRONORTE se eximiu de atender à principal reivindicação desses índios. Por enquanto as soluções continuam a ser negociadas.

4.11.3 Área Indígena Mãe Maria

4.11.3.1 Introdução

Os Gavião ocupam hoje uma área de 62.488,4516 ha, localizada nos Municípios de Marabá e São João do Araguaia, Sudeste do Pará, região apontada por Nimuendajú como sendo o habitat tradicional deste grupo Timbira.

Esses índios que, desde séculos passados, quando dos primeiros contatos com os "brancos", vêm sendo pressionados em seu próprio território, enfrentam hoje uma série de interferências em seu habitat e, conseqüentemente em sua organização social, econômica e política. Entre outras, destaca-se a instalação das linhas de transmissão da UHE Tucuruí.

O objetivo deste trabalho é avaliar, pela implantação de dois circuitos da linha de transmissão de energia elétrica ao trecho Marabá-Imperatriz, os impactos causados ao meio ambiente, assim como à população indígena.

4.11.3.2 Características do Grupo

As tribos Timbira são distribuídas em dois grupos: o ocidental - localizando-se em pontos esporços à margem direita do rio Tocantins, constituídas pelas tribos dos Gavião do oeste (Parkatêjê) no Pará, Canela (Apanyekra e Rambokamekra), Krikati e Gavião do leste (Pikôbyê) no Maranhão e Krahô em Goiás, e o oriental - que são os Apinayê, ao norte de Goiás, à margem esquerda do Tocantins.

Atualmente o território dos Gavião está localizado nos municípios de Marabá e São João do Araguaia/PA. No seu interior nasce o ribeirão Mãe Maria, que conferiu seu nome à área indígena.

Os Timbiras são classificados como pertencentes à família linguística "Jê do Norte" sendo um dialeto oriental (Nimuendaju - 1946, 6). Devido ao contato sistemático com os regionais, esses índios são bilíngues (falam o português regional), sendo que os mais novos (principalmente pelo ensino da língua portuguesa na escola da aldeia), de forma mais fluente que os mais velhos.

A retomada dos rituais de longa duração tem acentuado o uso da língua materna e existe um grau de empenho de Krohohrenhum, "o Capitão" - termo utilizado desde os primórdios do SPI (Serviço de Proteção do Índio) em 1913, para designar a chefia, tradicional ou não - em recuperar a utilização do dialeto tradicional.

A população, em processo de recuperação conta hoje com 230 pessoas, distribuídas em 37 famílias e constituídas basicamente por jovens - 60% do total (baseado nos dados da EVS - Equipe Volante de Saúde, quando da visita à Área Indígena Mãe Maria, novembro de 1988).

4.11.3.3 Os Gavião - Sua História

A análise dos materiais históricos revela que as relações entre índios e "brancos" apresentam duas fases: a primeira, do século XVII até XIX, caracterizada por contatos esporádicos, pacíficos entre índios e "brancos", quando os pioneiros apenas utilizavam as margens do rio Tocantins como pousada ou tentavam estabelecer ali núcleos pastoris ou agrícolas (Laraia: 1979,120), não havia motivação para penetrarem a fundo nas matas do interior. A situação de contato dos "brancos" e índios permanecia inalterada; a segunda, no início do século XX, quando as matas ciliares já não mais satisfaziam as antigas necessidades dos núcleos regionais, é caracterizada pelo surgimento de outro sistema econômico: o extrativismo vegetal (caucho, óleo de copaíba e castanha do Pará), modificando a estrutura sócio-econômica da região do médio Tocantins. Dá-se a penetração nas matas da margem direita do rio Tocantins à busca de castanhais e é desta data a preocupação dos regionais em neutralizar os índios. E, a medida que a castanha assumia maior importância, os conflitos entre os "brancos" (coletores de castanha) e os índios se intensificavam. Os índios deixam de ser considerados inimigos à distância, passando a ser encarados como obstáculos ao desenvolvimento da região.

No início do século XIX, "quando ainda constituíam uma única unidade tribal (Pukobyê), na região entre o alto Pindaré e o Grajaú/MA, eram reputados como os mais belicosos entre os Timbira". (Arnaud: 1984, 10). Punham em fuga e dizimavam bandos de homens que penetravam no seu território. Em 1850, a Diretoria dos Índios (criada na época do Império para localizar os índios e aldeá-los), resolve chamar à vida pacífica e à vida social os numerosos bandos de índios da tribo Gavião e Caractéges, que salteavam e saqueavam as fazendas de criação e cultura. Nove anos mais tarde, os índios são encontrados já em extrema miséria. Pareciam achar-se desde muito pacificados.

Várias divisões dentro do grupo ocorreram e parte da tribo preferiu não estabelecer relações com os "brancos" que penetraram em seu território dirigindo-se para uma área compreendida entre a margem direita do médio Tocantins e a cabeceira do Capim (PA). Conflitos internos se sucedem e os índios passaram a constituir duas divisões distintas: Parkatejê (entre

os rios Moju e Capim) e os Kuikatêjê (no rio Tocantins, nos limites da PA/MA).

A princípio, procuravam evitar contatos com os brancos, reagindo sempre de forma violenta contra os coletores de castanha que penetraram em seu território. As expedições punitivas enviadas contra seus acampamentos tornavam mais séria a situação, pois, em revide, atacavam não só castanheiros como os povoados à margem do Tocantins.

Surgem, daí, as primeiras disputas pela terra na região. Fazendeiros e comerciantes se unem, visto que o primeiro possuía as terras e o outro detinha o capital. Asseguravam, a partir daí, a exploração dos territórios indígenas e de terras marginais ao rio Tocantins.

Era dos centros organizados que partiam as decisões que mais os atingiam. Assim, as palavras pacificação, catequização ou simplesmente extermínio, passaram a se constituir em projetos de ações que moviam as pessoas mais interessadas em estabelecer relações com os índios, que eram considerados um obstáculo ao "progresso".

Os castanhais, que constituíam um "acidente" no habitat dos índios foram paulatinamente desmatados, e a área povoada. A entrada de castanheiros em seu habitat nada mais era do que simples roubo ao seu patrimônio econômico e uma usurpação de seus territórios. Os ataques aos "brancos" eram destinados a afastá-los das proximidades da aldeia e assim interromper por meses a coleta de castanha.

À medida que o produto assumia maior importância para a economia regional, os conflitos entre os coletores e os índios Gavião se intensificavam.

Em 1937, o SPI iniciou suas atividades na região, instalando um posto no rio Ipixuna, abaixo da cidade de Marabá "destinado à atração dos Gavião" (Povos Indígenas: 1985, 58). Os contatos eram amistosos entre índios e funcionários do órgão, mas ocorreram graves incidentes, quando esses índios foram visitar o posto o encontrando desprovido de farinha e ferramentas. Em 1945, o posto foi deslocado para Ambauá, município de

Tucuruí, retomando os funcionários do SPI, o trabalho de atração.

Aproximadamente em 1950, os Gavião encontravam-se dispersos ao longo do rio Tocantins: o dono da montante - Kuikatêjê, grupo que se deslocara para o Maranhão; o dono da jusante - Parketêjê, grupo que permanecia no médio Tocantins e que havia se dividido em duas turmas: "turma do Cocal" no rio Jacundá (Rôhokatêjê), turma ao qual pertencia Krohokrenhum e a "turma da Montanha" (Akrâtikatêjê) nas cabeceiras do rio Capim.

Esta década foi marcada pela "ruptura decisiva de uma ordem tradicional, onde a operação do seu sistema de organização social acabara por debilitar com o esfacelamento dos territórios comuns, as doenças advindas e a depopulação" (Povos Indígenas: 1985, 58).

Em 1956, através de uma expedição organizada pelo Frei Gil Gomes Leitão, ligado a prelazia de Marabá e por um tenente da reserva, Hilmar Kluck, que trabalhava para o SPI os primeiros contatos definitivos com o grupo do Cocal foram estabelecidos, numa tentativa de evitar o extermínio dos índios, que eram os objetivos das expedições organizadas, com o apoio dos políticos locais.

Em seguida, componentes do grupo do Cocal foram estabelecer relações com os regionais no município de Itupiranga. Procederam desta forma em consequência de terem sido atingidos por enfermidades e carentes de meios próprios para sobreviverem, aceitaram a assistência oferecida pelos regionais. Com a morte de muitas mulheres adultas, Krohokrenhum entregou às crianças órfãs às famílias com que estabeleceu boas relações. E só depois de alguns anos que aquelas crianças foram recuperadas pelos Gavião.

Permaneceram em Itupiranga abrigados num barracão da prefeitura e vivendo de prestação de serviços à população local, em troca de abrigo, roupa e alimentação.

Logo que melhoraram suas condições de saúde, recuaram para Praia Alta - Cocal (distância aproximada de 40 km da margem do rio Tocantins), afim de evitar sua total

extinção. Neste novo local, aceitaram a assistência por parte de Frei Gil, que consistia em visitas ao grupo onde levava: alimentos, machados, facões, roupas e medicamentos. Esta assistência e, mais tarde, dos funcionários do SPI, "possibilitou ao grupo engendrar mecanismos de recuperação em relação à grande crise verificada com o contato" (Ferraz: 1983, 43).

No início da década de 60, o SPI passou a intensificar sua atuação junto aos índios. Incentivaram-os a coletar castanhas, (que eram vendidas em Itupiranga), em troca de facões, machados e alimentos. "Engendrou neste período o embrião de uma nova fase do processo de transformação desencadeado entre os Parketêjê... Mudanças substanciais ocorreram com a sistematização de trocas voltadas para fora do grupo" (Ferraz, 1983, 44). Passaram os índios a vender aos regionais: arcos, flechas, mel, couros, carne de caça, farinha de mandioca, além da castanha.

A área concedida aos Gavião pelo decreto de 1943, estava arrendada por um valor considerado irrisório a terceiros pelo SPI após 1947. O início de uma "picada", onde mais tarde surgiria a PA-070, na década de 60, elevou o valor das terras e a referida área começa a receber propostas de novos arrendamentos, com os preços bem mais elevados.

Na área, instalaram-se dezenas de posseiros, visto que os funcionários do SPI não conseguiam conter sua ocupação. Antônio Cotrim então dirigindo o Posto Mãe Maria, à beira da trilha, convenceu o líder Krohokrenhum, que estava em Praia Alta, se transferirem para lá.

A "Turma do Maranhão" - Kuikatêjê permaneceu no rio Tocantins, divisa do Maranhão e Pará até fins de 1968. Antônio Cotrim estabeleceu contatos com esses índios e devido a frente pecuarista que avançava rapidamente pela região e na tentativa de evitar um eventual "massacre" ao qual o grupo estaria sujeito, o SPI conseguiu transferi-los para a área Mãe Maria. Em 1970, devido a acentuada depopulação que vinham sofrendo, foram removidos no interior da mesma área para o lugar conhecido como Ladeira Vermelha, a 4 km do "Trinta" (onde havia a aldeia da "turma do Cocal").

A "Turma da Montanha" também sofreu uma grande redução demográfica, e em 1971 alguns membros do grupo são transferidos para o interior da área Mãe Maria, afim de se juntar aos da "Turma do Cocal".

Em 1977, "Mamãe Grande", sua neta mais velha, seus dois outros filhos, também foram se fixar na aldeia Mãe Maria enquanto que Paiaré, sua mulher e seus filhos após receberem uma indenização da ELETRONORTE pelas benfeitorias encontradas na "Área da Montanha" foram se estabelecer na cidade de Tucuruí. Esta área foi invadida por posseiros e cinco anos mais tarde, Paiaré tenta retornar a ela. Como não conseguiu, buscou apoio junto aos índios Gavião da Aldeia Mãe Maria, para onde foi se mudar mais tarde.

Em 1983, índios e FUNAI propõem à ELETRONORTE a permuta da "área de Montanha" por outras terras, pretendendo o índio Paiaré se mudar com seus familiares.

Os Gavião "impediram a continuidade da extração de areia e cascalho da área Gavião da Montanha, exigindo da ELETRONORTE indenização pela utilização da área" (Relatório sobre visita à aldeia Kaikoturê, 1988, pg. 3). Na tentativa de manter os trabalhos de construção da UHE Tucuruí, a ELETRONORTE pediu, a justiça, reintegração de posse da área e em 1983, o Mandato Liminar de Reintegração de Posse da Área foi concedido. No outro ano, 1984, representantes da comunidade indígena Gavião, da ELETRONORTE e da FUNAI acertaram a venda da gleba Arumateuzinho, pago diretamente à comunidade indígena.

E em 1988, Paiaré levantou em questão a indenização da ELETRONORTE, "insistia em dizer que não havia recebido..." (op cit). Representantes da ELETRONORTE, ouviram suas reivindicações mas "não foram autorizados pela ELETRONORTE a negociar ou reabrir a questão... apenas queríamos saber o que estava sendo pleiteado (op cit). Após tomarem conhecimento das reivindicações de Paiaré, os representantes da ELETRONORTE concluem que "somos contrários à reabertura da questão como foi proposta. E só podíamos entender o questionamento se fosse feito pelo líder Krhokrenhum. E isto não aconteceu. Sugerimos, entretanto, que a ELETRONORTE torne público estes fatos reafirmando a sua posição de ter feito um acordo com a Comunidade Parakatêjê Gavião sobre as terras "Gavião da Montanha", através de

representantes legítimos e assistidos por seus advogados e a Fundação Nacional do Índio (op cit - pg. 8).

Antes do contato com a sociedade regional, a organização econômica dos índios Gavião não conhecia certas formas de prestação de serviços e de distribuição de poder. A terra era propriedade das famílias nucleares, trabalhada por seus membros e por eles cultivada.

Supõem-se que "as relações de troca estabelecidas com os brasileiros tenham sido um dos pontos fundamentais" (Laraia, 1979, 167) para a explicação do rompimento do antigo sistema de organização econômico-social.

Com a reunião dos grupos locais na Área Indígena Mãe Maria foi permitido à FUNAI constituir ali força necessária para o desenvolvimento da exploração da castanha, e assim os índios desta área entram no sistema econômico vigente na região. É o surgimento do índio como mão-de-obra real ou potencial, o que gerou na cidade uma violenta disputa por sua força de trabalho.

Em 1968, a FUNAI deu início a melhoria nas instalações do Posto Indígena Mãe Maria, construindo a "sede" e o "hospital", local que funcionava na realidade como uma pequena enfermaria e um grande depósito de castanhas.

Anualmente os índios Gavião preparavam para a safra (reparos de pontes, limpeza de caminhos, etc.). No final de cada ano chegava de Belém, para os barracões do Posto, "o rancho" (mercadorias básicas que abasteciam os castanheiros durante a safra).

Para maior produção, sob justificativa de que só a dos Gavião era insuficiente, os castanheiros "brancos" eram solicitados, contratados para a exploração da castanha.

O trabalho de coleta era iniciado após as primeiras chuvas (janeiro). Coletavam a castanha na mata, de onde era transportada para o grande depósito à beira da rodovia (km 25). Ali era lavada e medida. O valor

para o pagamento da castanha era estabelecido de acordo com a cotação na redondeza. A produção das castanhas pelos índios, era comercializada através da FUNAI.

Tal sistema de exploração econômica da castanha, que permaneceu por 10 anos consecutivos entre os Gavião, passou a ser empreendido pela FUNAI, através do DGPI (Departamento Geral de Patrimônio Indígena), que com o "Projeto de Extrativismo Vegetal: Castanha-do-Pará", distribuía os recursos que eram destinados: 45% ao refinanciamento das atividades, 45% aplicados em projetos comunitários e 10% consistia no dízimo à disposição da FUNAI.

O pagamento era feito aos "capitães" das aldeias que o redistribuía à comunidade. Acirrava a cada ano o descontentamento dos índios com tal procedimento adotado pelo órgão tutor.

Estas relações mantidas através da exploração da castanha, impediam qualquer tentativa dos grupos no sentido de restabelecer o funcionamento de um sistema de organização social específico.

Numa tentativa de dar nova orientação à política indigenista oficial o órgão tutelar firma um convênio entre USP/Projeto Rondon e FUNAI, em 1975, onde provam o "Projeto de Emergência para a Coordenação da Safra da Castanha de 1976 pelos índios Gavião do PI Mãe Maria (PA)", elaborado e apoiado pela antropóloga Iara Ferraz, objetivando a exploração da castanha para e pelos índios de Mãe Maria.

Em 1976, o dinheiro obtido ao final da safra foi destinado a constituição de um fundo comum de recursos, bens industrializados, compra de animais, veículos e parte depositado em conta bancária (com finalidade de dar início a safra seguinte sem atropelos). Apesar de todo entrave inicial de caráter administrativo vindo da FUNAI, a safra de 1976, representou a conquista da autonomia, a "retomada" de regras e instituições essenciais à operação do sistema de organização social, "reassumiram ao mesmo tempo uma atitude de plena afirmação de uma identidade étnico-cultural que vinha sendo ameaçada.. (Povos Indígenas)

4.11.3.4 A Questão da Terra

No início da década de 20, o Governo Estadual reservou uma área de terras com duas léguas de fundos, entre os igarapés Ressaca e Ipixuna, para a catequese das tribos selvagens da região (Lei 2.035 de 09.11.1921).

Em 1937, o SPI instala um posto de atração nesta área e os índios desde logo começaram a visitá-lo.

Em 1943, pelo Decreto Estadual 4.503 de 28.12.1943, é concedido aos índios um lote de terras devolutas, situado no rio Tocantins, hoje municípios de São João do Araguaia e Marabá/PA.

Esta área, "foi acrescentada as terras doadas por Dona Constância Marinho de Queiroz, na conformidade de Escritura Pública lavrada em 06.08.49, com mil metros de frente, a contar da confluência do Igarapé Jacundá, com o rio Tocantins, até alcançar o castanhal dos índios, também conhecido pelo nome de Fundos do Mãe Maria". Tal doação era gravada com o direito de D. Constância explorar o castanhal dos índios por prazo de 3 anos (1948, 1949 e 1950)" (Memo 011/COOR GT/86).

Pelo Decreto 252 de 09.03.1945, o SPI obteve a permuta da reserva de Ipixuna pela do Arumateauzinho, com dimensões semelhantes objetivando prosseguir a atração dos Gavião, que a região do Ipixuna havia se transformado em zona de garimpagem e esta área Arumateauzinho foi comprada pela ELETRONORTE em 1984 (ver item III - Os Gavião - sua história).

Em 1964, dentro da área indígena, inicia-se a abertura de uma "picada" (mais tarde, 1967, rodovia estadual PA-070), passando as terras a serem mais valiosas e conseqüentemente disputadas. E o SPI ali instalado, tentou assegurar a área. Mesmo assim ela foi invadida por posseiros e coletores de castanhas que trabalhavam para antigos arrendatários.

Em 1966, a "Turma do Cocal", liderada por Krohokrenhum, foi transferida para a área Mãe Maria e, uma vez ali instalados, demonstraram que estavam dispostos a manter a integridade de suas terras. Nessa época, a área foi registrada em nome dos Gavião em

Marabá e uma primeira delimitação da porção sul do território indígena foi executada pela família Queiróz.

Em 1977, os limites norte da área foram demarcados, com recursos próprios da comunidade, verificando que perderam para posseiros cerca de 3 mil hectares.

Em 1982, com recursos oriundos do convênio firmado entre CVRD/FUNAI visando a assistência às Áreas Indígenas afetadas pela implantação do Projeto Ferro-Carajás, foi promovida a redemarcação sul da área indígena.

As áreas limítrofes do território Gavião foram objeto de constantes invasões, mas atualmente todos os posseiros que se recusavam a sair foram removidos, com o apoio da FUNAI e com os recursos da CVRD que indenizou os posseiros. Encontrando-se hoje totalmente desintrusadas.

Estes índios Gavião, ocupam hoje uma área de 62.488,4516 ha no município de São João do Araguaia e Marabá/PA. A demarcação foi homologada pelo decreto nº 93148 de 20.08.86 e seu registro encaminhado em 1985 tanto ao SPI como ao Cartório de Registro de Móveis em Marabá (ver mapa da área).

4.11.3.5 Aldeia Mãe Maria

Conforme informantes do grupo, os antigos aldeamentos dispunham suas habitações em círculo, com um grande espaço livre ao centro.

Desde 1978, Knochrenhum pensava em construir uma só aldeia, circular, do outro lado da rodovia (com aproximadamente 1 km de distância desta), o que lhes permitiria a redefinição precisa no espaço tradicional.

Com a passagem das linhas de transmissão sobre a aldeia do "Trinta" (nome dado por localizar exatamente no km 30 da rodovia), a transferência da aldeia para o interior da área se fez necessária, concretizando o projeto do "capitão".

A madeira derrubada na área onde passou a linha de transmissão (parte usada na construção de casas, parte alienada e a outra parte perdida) e os recursos obtidos da indenização paga pela ELETRONORTE foram utilizados para a construção da nova aldeia. Mas os recursos esgotaram-se rapidamente, porque não conseguiram "administrar bem" o dinheiro, e as obras só foram concluídas dois anos mais tarde, através do convênio firmado com a CVRD.

A nova aldeia circular se compõe de 33 casas de alvenaria (o capitão tem planos de construir nova aldeia próxima a atual), cada uma residência de família nuclear. Atrás de cada casa existe um pequeno rancho de madeira ou de folha de babaçu, onde passam a maior parte do dia (cozinham e repousam). No pátio central é onde se desenvolvem todas as atividades cerimoniais: é o espaço onde realizam as reuniões para discutirem diariamente os problemas cotidianos. Nas proximidades da aldeia encontra-se a Sede do Posto, enfermaria, escola, garagem.

A aldeia possui sistema de abastecimento de energia elétrica (antes possuíam um gerador movido a óleo), construída com recursos da ELETRONORTE (como aditivo ao acordo celebrado em 1980), atendendo solicitação dos índios. Todo o faturamento de energia consumida é de total responsabilidade da ELETRONORTE e CELPA. E o sistema permite a ampliação para mais de 120 casas, que serão ligadas na medida das necessidades. Encontra-se, em quase todas as casas, aparelhos eletrodomésticos, como televisão (a que assistem diariamente) e aparelho de vídeo cassete (que também está sendo usado para exibir os filmes gravados de alguns rituais/cerimônias, como é o caso do Pemp - importante ritual ligado a iniciação masculina.

A corrida de tora também voltou a realizar-se com frequência, assim como os jogos de flechas. Constata-se que a "retomada" dos rituais está ligada diretamente à posse da terra e à reorganização social do grupo. Em 1983, os índios realizaram o Pemp, que haviam deixado de praticar desde o contato com os "brancos".

Infra-estrutura implantada com recursos da FUNAI e/ou convênios na aldeia Mãe Maria e nas proximidades:

33 Casas de alvenaria
Posto Indígena
Escola
Enfermaria
Dois poços semi-artesianos, com bomba
Garagem
Eletrificação da aldeia
Um chafariz

Obs: Estas obras foram construídas após 1980, ao receberem a primeira indenização da ELETRONORTE.

4.11.3.6 Saúde e População

Os Gavião foram vitimados por várias epidemias no período de contato com os "brancos" (doenças venéreas, malária, otites, infecções das vias respiratórias, acompanhadas de gripe, que frequentemente levaram a pneumonia e a morte).

Não tinham assistência por parte de nenhuma instituição e aliado a isto, outros fatores contribuíram para a péssima qualidade de saúde: a dependência de alimentos industrializados, a localização da aldeia próxima à rodovia e o constante contato com os "brancos".

Após a retomada das ações da FUNAI na área (através da enfermeira que reside na área, da equipe volante de saúde, que visita a aldeia duas vezes por ano), e da SUCAM (que periodicamente visita a área fazendo a borrifação de DDT contra a malária, assim como controles de outras doenças endêmicas - chagas, febre amarela ...), as condições de saúde dos índios tem melhorado e as doenças vêm sendo progressivamente controladas. Atualmente são registrados alguns casos de gripe, diarreia e de doenças infantis em geral.

Além das moléstias infecciosas, que contribuíram para a redução da população, outro aliado forte foram as guerras que tiveram que enfrentar nos contatos com os "brancos". Nessa fase perderam aproximadamente 70% da população original. Hoje a população da aldeia Mãe Maria é de 220 pessoas. Baseado em dados de 1975 (99 pessoas), 1985 (176) e hoje (220), podemos avaliar que os índios estão em processo de crescimento contínuo nos últimos anos.

4.11.3.7 Atividades Econômicas

A agricultura ocupa lugar de destaque na subsistência dos Gavião. Cultivam mandioca, milho, arroz, banana, batata e outros tubérculos, cuja produção destina-se ao consumo interno da comunidade e, eventualmente, quando há excedente, à comercialização.

A caça (quati, cotia, veado, porco do mato, paca, tatu, etc.) constitui tarefa masculina e grande parte da subsistência para os Gavião. Hoje, em consequência das obras governamentais que atravessam o território indígena e principalmente os grandes desmatamentos, está se tornando escassa.

A coleta de frutos silvestres e a pesca são realizadas tanto pelos homens como pelas mulheres. Coletam, açai, coco babaçu, cupuaçu e castanha do pará e a pesca, menos frequente, é realizada nos igarapés limitrofes.

Nos últimos anos adquirem junto aos comerciantes da região, em Marabá ou no "Doze", bens industrializados - óleo, sal, farinha, açúcar, sabão, café, assim como as carnes de um modo geral. Atualmente pensam em formar pastagens, na faixa desmatada pela ELETRONORTE, onde irão colocar o gado a ser adquirido. Inclui a "Fazenda do km 15", de onde o posseiro, indenizado pela CVRD e com o apoio da FUNAI, saiu há 3 anos. Pensam aproveitá-la com os mesmos objetivos.

4.11.3.8 Obras que Interferiram no Interior da Área Indígena Mãe Maria

A primeira obra a afetar a vida dos Gavião, isto na década de 60, foi a construção da rodovia PA-332 (ex PA-070, como é ainda conhecida na região), que cortou o território em toda sua extensão. Foi a primeira ligação do Município de Marabá à rodovia BR-010, Belém-Brasília.

Com a construção da rodovia, houve desmatamento na área, destruindo parte do imenso castanhal que constituía valiosa fonte de renda monetária dos índios Gavião. Entre outras consequências, dividiu a reserva, trouxe o barulho, a poeira dos carros e,

principalmente, caminhões que transitam livremente pela rodovia, afugentando a caça da área.

Uma outra interferência do território dos índios Gavião de Mãe Maria é a construção da estrada de ferro que objetiva transportar minério de ferro das minas da Serra do Carajás para o Posto de São Luis-MA, cortando o território indígena, no sentido L-O, paralela a BR-332, mas distante dela cerca de 13 km. Com a estrada de ferro foi desmatada uma faixa de 100 m de largura por 17 km de comprimento, ou seja, toda a extensão da porção sul do território, a uma distância aproximada de 12 km de aldeia.

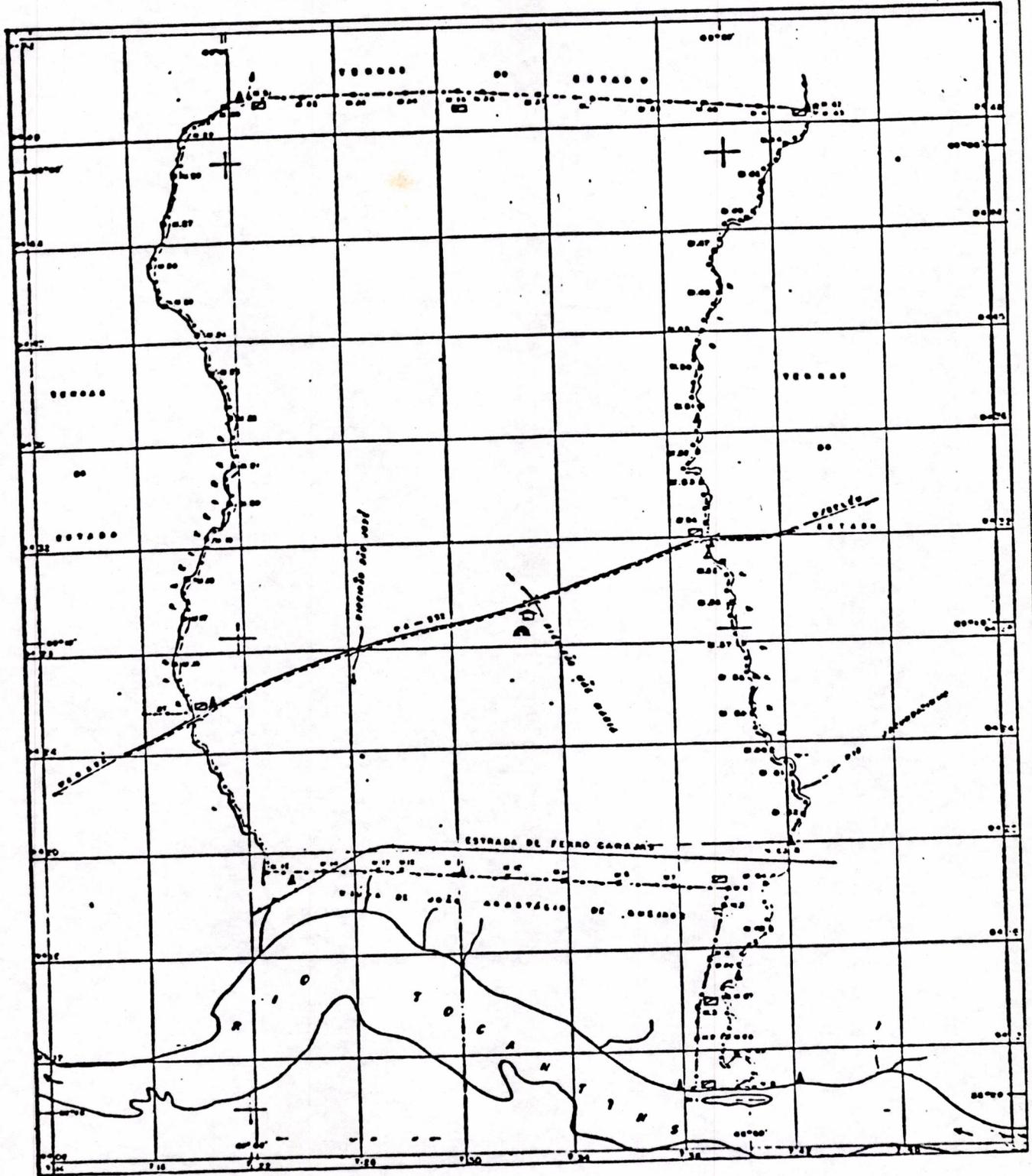
Em 1982 iniciam-se as negociações com a comunidade indígena objetivando a construção da ferrovia. Mas só em nov/84 é que a CVRD - Companhia Vale do Rio Doce efetuou o pagamento da indenização relativa a "perdas e danos". A comunidade aceita a proposta de 3 bilhões de cruzeiros, que foi depositada numa caderneta de poupança em Marabá-PA, cujos juros são colocados à disposição dos Gavião e o montante condicionado à elaboração de projetos específicos pela comunidade, visando à auto-sustentação a médio prazo. Por enquanto nenhum projeto específico foi elaborado.

Quando da implantação do Projeto Ferro Carajás, o Banco Mundial exigiu para conceder o financiamento, a elaboração de um programa de minimização dos impactos que seriam causados em áreas indígenas atingidas direta ou indiretamente pela construção da ferrovia, com estimativa de funcionamento em 400 anos (entre elas a área Mãe Maria).

Foi firmado o Convênio CVRD/FUNAI/Comunidade Indígena, onde foi estabelecido um monitoramento por parte da CVRD nos programas de saúde para os índios da área indígena Mãe Maria, que ainda hoje atua na referida área.

Em dezembro de 1987, outra obra se fez presente no território indígena dos Gavião: é a instalação da Linha de Transmissão: Marabá-Aldeia Mãe Maria, conforme solicitação da comunidade indígena, fazendo parte das ações da ELETRONORTE na área.

ÁREA INDÍGENA MÃE MARIA



LEGENDA:

- - - - - TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- - POSTO INDÍGENA
- - ALDEIA INDÍGENA
- - PLACA INDICATIVA
- ⊕ - MARCO DE DIVISA - PONTE
- ▲ - PUNTO SATELITE - MARCO DE AZMUTE

- — — — — RODOVIA E REVESTIMENTO SOLTO
- ~~~~~ CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- LAGOA SEM LEVANTAMENTO
- — — — — LINHA DE ENERGIA - ALTA TENSÃO
- — — — — ESTRADA DE FERRO

REFERÊNCIA: FUNAI - MUN. SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
 ÁREA INDÍGENA MÃE MARIA

Em janeiro de 1988, os índios celebram acordo com a CELPA (Centrais Elétricas do Pará) para continuidade da linha instalada na aldeia até o povoado Bom Jesus e a instalação de uma LT Bom Jesus-Rondon do Pará em 69 kV. Esta obra encontra-se em fase de instalação e o desmatamento previsto é uma faixa de 40 metros de largura em toda sua extensão, também paralela a PA-332.

A área para a instalação da linha foi desmatada, a madeira entregue a comunidade indígena e ficou assegurado aos índios o direito de usarem tal área para o desenvolvimento de "atividades agrícolas, respeitadas as normas técnicas de uso da faixa exigida pela CELPA".

O termo de compromisso foi assinado por representantes da comunidade indígena/FUNAI/CELPA. A indenização foi fixada em 40 milhões de cruzados (67.008.41 OTN), dividida em onze parcelas mensais, a primeira no valor de 12 milhões de cruzados (20.102.52 OTN), no ato da assinatura do termo de compromisso e as outras dez restantes, de 4.690.58 OTN, a serem depositadas em caderneta de poupança em nome da comunidade.

A instalação dos 1º e 2º circuitos das linhas de transmissão da ELETRONORTE do trecho Marabá-Imperatriz, será tratado a seguir.

Obras que interferiram no território indígena dos índios Gavião

<u>Interferência</u>	<u>Ano</u>	<u>Faixa Desmatada</u>
PA-332 (DNER)	1967	80 m larg. 21,5 km comp.
1º circuito (LT Marabá-Imperatriz)	1980 (junho)	136 m larg. 21 km comp.
2º circuito (LT Marabá-Imperatriz)	1987 (novembro)	(ELETRONORTE)
Estrada de Ferro Carajás (CVRD)	Nov/1982 a Dez/1988	100 m larg. 17 km comp.
Linhas de Transmissão Marabá-Rondon do Pará e Bom Jesus (CELPA)	Jan/1988	40 m larg. 21 km comp.

[ELB: TVC 54-0114]

5.4 Impactos Associados à Questão Indígena**5.4.1 Interferências no Território e na Sociedade Krikati**

As linhas de transmissão do 1º e 2º Circuitos da UHE Tucuruí, no trecho Imperatriz-Presidente Dutra, constituem a obra de presença física mais expressiva na Área Krikati. A faixa correspondente estende-se por cerca de 21 km, no sentido Oeste-Leste do território (considerada a área pleiteada pelo último edital de demarcação da FUNAI), ocupando uma largura variável entre 125 e 136 m e atravessando áreas de cerrado, entrecortadas por trechos de mata.

O 1o. Circuito foi implantado pela CHESF até Sítio Novo, quando, em meados de 1979, foi paralisado por falta de autorização da FUNAI para sua passagem pela área indígena. Enquanto as negociações prosseguiam, a CHESF continuou o traçado, a partir de Montes Altos, até Imperatriz (Melatti, 1980).

Nesse interim, esteve na área a antropóloga Delvair Melatti. Ela informava que a faixa implicaria na derrubada de muita mata, apontando como madeiras da mata: arueira, pau d'arco, capitão do campo, jatobá, tarumã, cedro (pouco), coração de negro, pau-brasil (pouco) e pau roxo e da chapada: piqui, sucupira e caibro (Melatti, 1980).

A maior parte do trabalho de abertura da faixa foi feito naquela ocasião, ampliando-se à direita (Imperatriz-Presidente Dutra) quando da implantação das linhas do 2o. Circuito (1987), com a consequente ampliação do desmatamento.

Como já foi apontado, a passagem das linhas do 1o. Circuito envolveu um processo de negociação com a FUNAI e as lideranças indígenas, do qual resultou o primeiro convênio indenizatório para a Área Krikati, de fato um dos primeiros casos desse gênero na história das relações dos povos indígenas com a sociedade nacional.

As interferências dessas obras de infra-estrutura no território e sociedade Krikati devem ser

consideradas, tanto em relação às obras em si, quanto em relação às indenizações que suscitaram.

As linhas de transmissão implicaram e continuam implicando na presença em território indígena de pessoal estranho; elas trazem novos personagens, trabalhadores técnicos, com os quais a sociedade indígena estabelece contato e relações.

Assim, as interferências começaram desde a fase de construção do Sistema de Transmissão. Apesar da longa experiência de contato dos Krikati com os regionais, a presença de trabalhadores na área exigiu da equipe local da FUNAI vigilância e firmeza para evitar problemas envolvendo bebida ou sexo, ou até para contornar atritos mais simples, como o provocado pelo desejo de técnicos de empresas executoras de tirar fotos da aldeia e dos índios, o que gerava revolta por parte destes.

Estas dificuldades foram fortes quando da construção do 1o. Circuito, mesmo porque, no 2o., os trabalhadores estavam melhor instruídos pela ELETRONORTE. É verdade, porém, que as fases de construção das linhas não deixaram registro de atritos graves ou situações de maior tensão.

A operação das linhas de transmissão implica na presença, ainda que esporádica, de pessoal técnico ligado ao setor energético ao longo da faixa. Isso não tem, até agora, gerado problemas maiores, embora os índios atribuam a morte de uma rês a um veículo de uma equipe de inspeção, que a teria atropelado sem nada comunicar. É evidente que, apesar da ausência de maiores atritos, a presença desse pessoal externo à sociedade indígena pode envolver tensões e deve continuar a ser controlada.

Pela avaliação que se pode fazer neste momento, a interferência maior dessas obras, interferência definitiva, diz respeito ao território que atravessa e às suas possibilidades de uso e tem aspectos negativos e positivos.

A interferência negativa está na contribuição que deram para reduzir áreas de mata, questão tanto mais importante quanto elas são escassas em

território Krikati, com as conseqüentes implicações em termos de caça, coleta e reserva de madeiras.

No lado positivo, está o fato de que o tipo de cobertura vegetal da faixa (a parte correspondente ao 2o. Circuito ainda não estava plantada em junho de 1988), implicou no aumento de pastagens disponíveis no território, o que veio ao encontro do projeto de rebanho dos Krikati.

As interferências dos sucessivos convênios na Área Krikati já foram apresentadas. O Convênio com a CHESF já foi situado, teve seus itens arrolados e sua importância nessa dinâmica de convênios discutida.

O próximo sub-item é reservado para uma discussão específica do Convênio ELETRONORTE/FUNAI, que é o mais recente e continua em vigor.

5.4.1.1 Convênio ELETRONORTE/FUNAI

Os Krikati haviam, no passado, decidido impedir a passagem das linhas de transmissão do 2o. Circuito da UHE Tucuruí por seu território (Santos, 1985c), condicionando-a à demarcação, que há tantos anos a sociedade nacional os faz aguardar.

Segundo as lideranças, essa posição foi modificada nas negociações com representantes da ELETRONORTE, levando em conta duas ordens de argumentação:

- A demarcação não poderia ser realizada enquanto a questão estivesse sub-judice;
- A ELETRONORTE utilizaria traçado alternativo caso a objeção dos Krikati permanecesse.

A essa argumentação, somou-se a necessidade de recursos sentida pelos Krikati. A verdade é bem essa: foi a expectativa de indenização que os levou a levantar sua objeção às linhas. Caso contrário, teriam mantido sua recusa, marcando posição quanto a demarcação. Ao mesmo tempo, também é fato que

→ pensaram e continuam a pensar que essa poderosa estatal possa ser uma aliada segura quando a demarcação finalmente estiver para tornar-se realidade.

As negociações envolveram representantes da ELETRONORTE, funcionários da FUNAI a nível de Posto Indígena, Administração Regional (Imperatriz) e Superintendência (Belém) e resultaram num Convênio assinado pelos Presidentes da ELETRONORTE e da FUNAI, a 25/06/87, o qual, junto com o respectivo cronograma de desembolso, foi registrado em Brasília, a 03/07/87, no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

O Convênio previa recursos para atividades sanitárias, educacionais e culturais e para administração e acompanhamento do programa. Os valores foram calculados em OTN e previsto para desembolso de recursos o período de junho de 1987 a maio de 1988.

Em junho de 1988, os recursos já haviam sido totalmente liberados, mas ainda não tinham sido plenamente utilizados.

O quadro 5.4A apresenta um rol dos itens já contemplados, ou a serem contemplados com recursos do Convênio. A maior parte deles havia sido prevista nos termos do documento-base assinado pela FUNAI e ELETRONORTE, com duas notáveis excessões: a reforma da Toyota velha (item V.3) e a construção de um novo armazém - cantina (item I.8). No primeiro caso não houvera previsão e, no segundo, apenas se previra a reforma e ampliação da cantina velha.

A seguir são comentados os aspectos mais importantes de cada conjunto de itens do quadro 5.4A.

- Construções

O açude foi construído ao lado da MA-280, aproveitando uma formação favorável do terreno. É o terceiro açude construído com recursos de

convênios e, como no primeiro caso (CHESF-1981), visa mais especificamente a atender as necessidades do rebanho. Como ocorrera quando da construção do segundo açude (CVRD-1984), o local de construção deste último foi uma decisão dos Krikati, que enfrentou inalterada as críticas dos profissionais ligados ao Convênio. No caso atual, a localização poderá provocar situações de interrupção da estrada em casos de transbordamento. É prevista a utilização deste açude para a piscicultura. O peixamento do 2o. açude, feito em 1985, não foi bem sucedido: os alevinos foram levados corrente abaixo.

A melhoria do sistema de abastecimento d'água depende da construção de um novo reservatório, em local mais alto que o atual. Em junho de 1988 estava sendo feita a tomada de preços com esse fim.

A construção de habitações indígenas dará continuidade a um programa iniciado pelo Convênio CVRD/FUNAI em 1985 e suspenso em seguida. As casas têm sua estrutura levantada pelos índios, inclusive os caibros da cobertura, com madeira extraída de suas terras por eles mesmos. As telhas e as ripas que lhes servem de base são fornecidas pelo Convênio, assim como o revestimento para o piso e paredes (de adobe ou taipa) que os Krikati venham a levantar. No caso das 20 casas construídas com recursos oriundos da CVRD, a maioria das famílias não levantou as paredes.

O material já estava comprado. O ritmo de construção depende das famílias e algumas delas já haviam retirado madeira para a construção das casas.

As casas do Convênio CVRD/FUNAI apresentaram problemas na cobertura. Na ocasião, os índios irredutíveis quanto a cobri-las de telhas e não com a palha boa e abundante que têm (piaçaba). Ocorre que os caibros de pau-roliço deixaram o telhado torto. Alguns Krikati disseram que isso seria evitado construindo as novas casas com caibros serrados, sustentados por terças, como nas casas do Kupê (não índios). Querem também calçada em toda volta da casa e não apenas na

frente. Outros reivindicam que os telhados avancem sobre todas as laterais das casas. Essas expectativas aumentam em muito o custo das construções e talvez as inviabilizem. Tudo isso foi discutido com o representante da ELETRONORTE, José Porfírio Fontenelle de Carvalho, em uma reunião realizada em junho de 1988, na Aldeia São José.

Um Krikati sugeriu que a madeira fosse derrubada por eles e se pagasse à madeireira apenas o custo de transporte e o custo para resolver a questão do caibro serrado. A sugestão ficou de ser estudada, com a FUNAI providenciando um levantamento de custos para a ELETRONORTE.

Os Krikati têm 2 vaqueiros contratados e apenas uma moradia disponível para eles. As experiências de formar vaqueiros Krikati não deram certo e eles dependem do trabalho contratado. A preocupação com moradia para os vaqueiros faz parte da estratégia para garantir esse trabalho.

A construção de um novo armazém-cantina, mais amplo, ao invés da reforma do antigo, foi decidida na aldeia. A construção estava levantada e coberta, faltando o acabamento, em junho de 1988. A cantina deverá ser gerida pelos Krikati e ter um cantineiro escolhido em sua população. Todas as experiências anteriores de cantina fracassaram, sob o peso de compras a fiado. Segundo a liderança, desta vez só se poderá comprar a vista.

O centro comunitário deverá centralizar as atividades do programa de memória cultural.

- A Casa do Estudante

A Casa do Estudante está instalada e funcionando em Montes Altos. Trata-se de uma experiência importante, rara no País. A casa é ampla, sólida e está bem conservada.

Há 5 estudantes Krikati morando nela, 4 cursando a 6a. série e 1 a 1a. série do 1o. grau. São

todos do sexo masculino. Estudam numa escola particular, passam a semana em Montes Altos e voltam nos fins de semana para a aldeia. A casa é sempre visitada por outros Krikati.

O custeio tem saído dos recursos do Convênio. A garantia de custeio é um ponto crítico para o futuro da Casa do Estudante e ainda não está claro como será feito no futuro: qual a participação da FUNAI, qual a participação das famílias indígenas, por exemplo. Os estudantes reclamam da falta de dinheiro para pequenos gastos na cidade. Pleiteiam bolsas de estudo, mas tem sido difícil conseguí-las da FUNAI.

- Reformas em edificações

A casa-sede do Posto Indígena Krikati, a escola-residência e o ambulatório-residência estavam em mau estado de conservação e passaram por reformas completas. Resta a casa de farinha e o piso da garagem, desgastados pelo uso e carentes de portões para vedar o acesso de animais.

- Aquisições

Os veículos adquiridos têm constante utilização, seja na atividade produtiva, seja no deslocamento dos Krikati pelo território e para fora dele (Montes Altos, Imperatriz e outras áreas indígenas, por exemplo). Os veículos são dirigidos pelo motorista da FUNAI (um Krikati), pelo Chefe do PI, ou por um motorista não-indio, contratado por prestação de serviços.

O uso desses veículos apresenta dois problemas decorrentes: demanda de recursos para combustível e para manutenção, este último bastante agravado pelas condições das estradas e caminhos por onde esses veículos trafegam. Tais problemas só não atingiram um ponto crítico pela sucessão de convênios envolvendo a Área Krikati que contribuíram com recursos específicos. É de se supor que possam tornar-se graves no futuro, pois o uso de veículos está há anos incorporado nas atividades dos Krikati; a falta de recursos para

seus veículos poderá ter efeitos desestabilizadores, a esta altura.

A TV é vista diariamente, um costume já de anos, defronte à casa-sede. O equipamento de vídeo foi usado uma vez, para projetar as gravações de uma festa, feita este ano por pessoal do CIMI do Maranhão. Discutiu-se com a liderança o uso imediato dos gravadores para registrar os relatos dos mais idosos sobre a história da sociedade Krikati e de seu território.

As vacas leiteiras devem ser compradas no mercado regional, de modo a garantir a adaptabilidade. Segundo o Chefe do P.I., José Ribamar Fontenelle dos Santos, há dúvidas quanto a comprá-las agora (meados do ano), época em que não estão paridas, o que dificulta a avaliação da produção leiteira dos exemplares. Como o dinheiro deve ser gasto logo, para evitar a desvalorização, os líderes estavam pensando em adquirir novilhas. O rebanho dos Krikati (nelore p.c.) não contém gado leiteiro.

- Reformas do maquinário

O trator e o caminhão Chevrolet estão reformados e em plenas condições de uso. A camioneta Toyota, recebida através do Convênio com a CHESF, em 1981, estava muito desgastada e as lideranças indígenas e a chefia do posto decidiram reformá-la também, fora das previsões do Convênio, o que deve trazer dificuldades para que possam ser efetivados todos os itens do Convênio que ainda restam.

Em julho de 1988, um equipamento básico da Casa de Farinha, o caititu, estava sendo reformado por um técnico trazido de Imperatriz.

- Formação de áreas de plantio

A formação de áreas mecanizadas foi feita com trator misto, tendo sido contratado o operador. Os índios contribuíram com a catação de raiz.

A área de lavoura mecanizada foi plantada com arroz e em seguida capim, acrescentando 30 ha de pastagens aos 100 ha diretamente preparados. O procedimento nesses 30 ha repete uma prática regional comum de formação de fazendas de gado.

O trato e a colheita do arroz foram feitos pelos Krikati. A colheita inicial (1º arroz) foi utilizada para o consumo na aldeia. A seguir (2º arroz), a colheita era feita de modo que a cada saco colhido para uso familiar, correspondia outro para o depósito. Nas condições em que se processou a colheita, não foi possível avaliar a produtividade atingida. Em junho de 1988 restavam 100 sacas de 60 kg no depósito, reserva para consumo da aldeia em situação de carência alimentar. Parte do arroz colhido foi vendido pelas famílias no mercado regional ao preço de Cz\$ 1.000,00 a saca (junho de 1988), sem discriminação, como as vezes ocorre com produtos indígenas em outras áreas.

O pomar, bananal e canavial foram mal sucedidos. Parte dos Krikati se recusa a trabalhar no trato dos mesmos; o restante só vai se todos forem. A alegação de todos é a mesma: não querem trabalhar para que depois o produto seja consumido por quem não trabalhou. O pomar e o bananal foram invadidos pelo mato. Quanto ao canavial, o primeiro plantio não vingou e as mudas para o segundo foram consumidas na aldeia. Talvez tivesse sido mais eficaz distribuir as mudas de cana e frutíferas para os chefes de família plantarem e cuidarem, o que ficaria de acordo com suas práticas para com esses plantios.

- Saúde

O Convênio tem permitido assistência médico-hospitalar em Imperatriz, sempre que necessário. Foi contratado um dentista prático em Montes Altos para realizar próteses, extrações e recuperações. O atendimento oftalmológico e a aquisição de óculos têm sido feitos em Imperatriz.

- Outros

O programa de memória cultural estava para começar pelo registro de informações relevantes para a questão demarcatória. O Capitão dos Krikati, Renato, estava se encarregando disso. Outro Krikati, Kamok, tem um projeto de gravação de cantadores da Aldeia São José e outras áreas indígenas.

Os gastos de manutenção estavam sobrecarregando o Convênio, já que nesse período toda a manutenção do Posto foi feita com recursos dele oriundos.

Embora a cantina ainda não esteja operando, gastou-se parte dos recursos para a compra de alimentos para as atividades coletivas na área de cultura mecanizada.

Como foi dito atrás, o representante da ELETRONORTE, José Porfírio F. Carvalho, esteve na Aldeia São José, em junho de 1988. Na ocasião, o desenvolvimento do Convênio ELETRONORTE/FUNAI foi discutido ponto por ponto. Saindo da aldeia, foi acompanhado pelo Capitão e mais um Krikati até Imperatriz, onde foi feita a checagem dos gastos do Convênio, nota por nota, cotejados com os desembolsos e movimentações bancárias. Uma cópia desses documentos e do balanço feito ficou de ser remetida aos líderes na aldeia. Constatou-se que os gastos com manutenção não-previstos (consertos da Toyota velha e nova cantina) poderão ter por implicação que alguns dos itens previstos não poderão ser efetivados. A decisão sobre quais deverá exigir novas reuniões entre as lideranças Krikati, funcionários da FUNAI e representantes da ELETRONORTE.

A despeito da preocupação com a clareza dos procedimentos do Convênio, um problema relevante permanece na relação entre os Krikati e a ELETRONORTE. É que a 4 km da Aldeia São José, pela MA-280, indo para Sítio Novo e a 300 m da estrada, a ELETRONORTE cercou uma área e nela fez uma construção (instalações do SIT - Sistema Integrado de Telecomunicações da ELETRONORTE).

Essa instalação está fora da faixa, não foi prevista nas discussões com os Krikati e a FUNAI e não foi, portanto, objeto de indenização. Não havia, quando da visita ao local, condições de medição correta da área cercada. Com base no número de estacas da cerca, formando grosso modo um quadrado de 40 x 40 estacas e na distância entre elas (variável, mas com uma base de 2 m, com tendência para mais) foi possível estimar uma área de 6.400 m², no mínimo.

As lideranças Krikati ainda não fizeram nenhuma reivindicação com base nessa construção e esperam o esclarecimento do caso.

QUADRO 5.4A
CONVENIO ELETRONORTE/FUNAI - AREA KRIKATI
ITENS E SITUACAO EM JUNHO DE 1988

I. CONSTRUÇÕES	
1. Acude	(a)
2. Canalizacão de água na aldeia	(a)
3. Novo reservatório de água	(c)
4. Novas habitacões na aldeia	(b)
5. Casa para vaqueiro	(c)
6. 15 saleiros cobertos	(a)
7. Bebedouro no curral	(c)
8. Novo armazem-cantina	(b)
9. Centro comunitario	(c)
II. AQUISICAO E INSTALACAO DA CASA DO ESTUDANTE EM MONTES ALTOS	
	(a)
III. REFORMAS EM EDIFICACOES	
1. Casa-sede do P.I.	(a)
2. Escola-residencia	(a)
3. Ambulatorio-residencia	(a)
4. Rede eletrica: melhoria e ampliacao	(a)
5. Casa de Farinha	(c)
6. Garagem	(c)
IV. AQUISICAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, PRODUTOS E ANIMAIS	
1. 1 caminhao Mercedes	(a)
2. 1 camioneta Toyota	(a)
3. Engenho elétrica para moer cana	(c)
4. Triturador de racao	(c)
5. Mimeografo	(c)
6. Projetor de slides	(c)
7. Televisao a cores	(a)
8. Aparelho de video cassete	(a)
9. Carteiras escolares	(c)
10. Utensilios para merenda escolar	(c)
11. 2 gravadores	(c)
12. 1 maquina fotografica	(c)
13. Produtos veterinarios	(a)
14. 30 vacas leiteiras	(c)
V. REFORMAS EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
1. Trator e implementos	(a)
2. Caminhao Chevrolet	(a)
3. Toyota velha	(b)
4. Equipamentos da Casa de Farinha	(b)
VI. FORMACAO DE AREAS - AGRICULTURA E PECUARIA	
1. 30 ha de lavoura mecanizada	(a)
2. 100 ha de pastagens	(a)
3. 5 ha de pomar	(a)
4. 5 ha de bananal	(a)
5. 5 ha de canavial	(a)
VII. SAUDE	
1. Assistencia medico-hospitalar	(b)
2. Assistencia odontologica	(b)
3. Assistencia oftalmologica	(b)
VIII. OUTROS ITENS	
1. Programa memoria cultural	(c)
2. Gastos de manutencao	(b)
3. Reforcio do capital de giro da cantina	(b)

NOTAS:

- (a) realizado
- (b) em andamento
- (c) nao realizado

5.4.1.2 O Uso da Faixa pelos Krikati

A faixa das linhas de transmissão da UHE Tucuruí está intimamente associada ao projeto Krikati de desenvolver um grande rebanho bovino. E isso por dois motivos.

Em primeiro lugar, porque foi o Convênio CHESF/FUNAI que lhes deu a oportunidade de contar com a base de seu rebanho e com as primeiras pastagens artificiais para o mesmo. Estes foram itens básicos de suas reivindicações de então e novamente foram colocados quando das negociações com a ELETRONORTE, que resultaram no Convênio atual. Neste caso, sua reivindicação, além de pastagens, envolveu a obtenção de recursos para a aquisição de gado leiteiro, objetivando a melhoria do padrão alimentar da população Krikati.

Em segundo lugar, porque a própria cobertura vegetal implantada na faixa implicou num aumento da disponibilidade de pastagens. Já foi dito das dificuldades enfrentadas pelos Krikati para o manejo de seu rebanho nas condições de seca de 1985. Naquele ano mesmo, eles passaram a reivindicar do Convênio CVRD/FUNAI investimentos para a melhoria de condições de pastagem na área. A solução encontrada foi a construção de um grande cercado para o gado, aproveitando bases de serra e algumas cercas pré-existentes, incorporando tanto pastagens naturais, quanto pastagens implantadas na faixa. Foi assim construído um grande cercado, com 3 divisões internas, todas com água disponível o ano todo, o qual incorpora a faixa numa extensão de 8 km. As linhas do 2º Circuito estão também contidas nesse cercado. As áreas não cercadas da faixa, eventualmente são usadas para pastagem, mas, por razões de manejo, a área cercada é preferida.

Este é o principal uso que os Krikati conseguiram fazer da faixa, compensando em parte o desmatamento que a mesma provocou.

5.4.2 Área Indígena Guajajara - Canabrava**5.4.2.1 Convênio ELETRONORTE/FUNAI**

Em fins de 1986, a ELETRONORTE, encarregada desta vez de implantar o 2º Circuito das LTs da UHE Tucuruí pelo Maranhão (substituindo a CHESF, que construiu o 1º Circuito), empreendeu negociações com a FUNAI para ter permissão dela e dos índios Tenetehara-Guajajara para passar essa LT suas terras, paralelamente ao 1º Circuito.

Precisaria apenas de 50 m de largura por 22.500 m de comprimento, o que somaria 112,5 hectares de aproveitamento, ou seja, metade da área utilizada e indenizada pela passagem do 1º Circuito. Em função disso, o cálculo de valores da indenização foi proposto em 52.605 OTNs, precisamente metade do valor do Contrato feito pela CHESF em 1980.

Já vimos que as despesas do Contrato da CHESF chegaram, de fato, a cerca de 2,5 vezes o previsto. Portanto, a proposta feita pela ELETRONORTE, de início já estava defasada.

Por outro lado, os Tenetehara-Guajajara já vinham da experiência do Convênio com a CVRD, que, sem interferir tão diretamente sobre eles, havia liberado um montante de recursos, entre julho 84 e janeiro 87, de quase US 500.000, englobando todas as aldeias. Assim, esses índios negociaram a passagem da LT, não mais em função das áreas das aldeias atingidas e sim de todas as suas aldeias nos limites do Município de Barra do Corda. A ELETRONORTE aceitou essa negociação como substituição ao fato de não se comprometer formalmente com a principal demanda desses índios, que é a retirada dos posseiros e invasores dos povoados São Pedro do Cacetes, Samaúma, Pau Ferrado e outros.

O valor global do Termo de Compromisso assinado entre a FUNAI e a ELETRONORTE, em 18 de agosto de 1987, alcançou o montante de Cz\$ 50.000.000,00, ou 136.429 OTNs. A área indenizada, ao final, foi uma faixa de 22.500 m x 65 m, ou seja, 146,25 hectares, paralelos à faixa de 22.500 m x 100 m, ou seja, 225

hectares, correspondentes à passagem do 1o. Circuito.

Esse valor é quase duas vezes maior do que o do Contrato de 1980, em relação à área utilizada. Tal proporção é plenamente justificável, em virtude, não só da valorização da terra na região (de 1980 a 1987), quanto pelo fato de que o aumento lateral de utilização da faixa original dificultou ainda mais a passagem de pessoas e animais e inutilizou, de fato, para diversos propósitos sócio-culturais dos Tenetehara-Guajajara, uma área maior do que a que foi indenizada.

Por outro lado, é muito provável que as tarefas previstas nesse orçamento de 136.429 OTNs venham a ter um custo muito mais elevado do que o índice 2,5 do Contrato de 1980. Em virtude da ELETRONORTE utilizar um padrão de consultoras e empreiteiras de gabarito nacional, é mais certo que este índice de acréscimo fique entre 4 e 5, o que resultará em gastos totais da ordem de 600.000 OTNs.

Quanto ao aproveitamento da nova faixa desmatada para roças e/ou pastagem de gado, nenhuma previsão de utilização está sendo feita.

O quadro 5.4B apresenta o Anexo I do referido Termo de Compromisso, que inclui as obras a serem construídas, os reparos e consertos de infraestrutura das aldeias, bem como verbas para diversos itens de apoio à educação, saúde, preservação cultural, etc. O quadro 5.4C apresenta as aldeias que receberam indenizações, tanto da A.I. Guajajara-Canabrava, quanto da A.I. Urucu-Juruá e Lagoa Comprida.

Pode-se tirar algumas conclusões desse Contrato-Termo de Compromisso:

- Ele responde a uma atitude mais consciente dos índios de reivindicar direitos de indenização, se bem que ainda sob a mediação da FUNAI.
- Ele reflete um posicionamento político respeitoso aos índios por parte da ELETRONORTE.



- Ele se pauta em itens de formação de infraestrutura, mas não lida com a principal demanda dos índios, que é a retirada dos invasores de suas terras.

- Ele se estabelece num clima conflituado entre os índios e a FUNAI e assim está sujeito a ser realizado dependendo do interesse e determinação de indivíduos, isto é, não há garantia institucional burocrática para a sua realização. Assim o que termina por não ser feito, é visto pelos índios como ônus para si e benefício para os gestores.

- Os valores previstos são sub-estimados, porque são feitos por cálculos de produção regional, mas realizados, de fato, por critérios nacionais de avaliação.

QUADRO 5.4B
PLANO DE INDENIZACAO DO TERMO DE COMPROMISSO ELETRONORTE-FUNAI
OBRAS A SEREM CONSTRUIDAS:

11 (onze)	escolas em alvenaria, com 1 sala de aula, com 60 m ² de construcao, coberta com telhas de barro.
08 (oito)	enfermarias com residencia e sala de atendimento, com 60 m ² de construcao, coberta com telhas de barro.
07 (sete)	acudes para abastecimento d'agua e criatorio de peixes, com paredes em revestimentos comuns.
07 (sete)	sistemas de abastecimento d'agua, incluindo captacao e sistema de chafariz coletivo.
07 (sete)	pocos semi-artesianos (perfuracao), com respectivas bombas de succao.
01 (uma)	estrada carrocavel (aproximadamente 15 km), a ser construida, de desmate e destoca.
05 (cinco)	casas de farinha, com area de 60 m ² , em alvenaria, piso de cimento reboco e pintura, cobertura de telhas de barro, teto em madeira serrada, equipada com aviamento completo, consistindo em caititu, banco, prensa, forno, roda e uma concha para aparar massas.
01 (um)	campo agricola - desmate e gradeacao de 30 ha.
01 (uma)	cerca de arame farpado, com 3 km de comprimento.

REPAROS E CONSERTOS EM:

09 (nove)	escolas
05 (cinco)	enfermarias
02 (dois)	acudes
03 (tres)	estradas carrocaveis
01 (uma)	Casa de Farinha
01 (um)	sistema de irrigacao (complementacao)
Conserto do Toyota da Aldeia Barreirinha	
Recuperacao dos 2 (dois) tratores CBI, das Aldeias Cana Brava e Coquinho	
Reparo na carreta do trator da Aldeia Cana Brava	

EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS:

01 (um)	pilador de arroz
01 (uma)	carroca para trator
01 (uma)	trilhadeira
04 (quatro)	maquinas de costura
02 (dois)	descarocadores de milho
03 (tres)	olarias (equipamentos completos)
Equipamentos para 11 escolas	
Equipamentos para 08 enfermarias	

As construcoes, reparos e aquisicao de equipamentos ficarao a cargo da ELETRONORTE.

ESTIMATIVA DE CUSTOS:

- Obras e equipamentos (a cargo da ELETRONORTE)	28.652.500,00
- Apoio as atividades produtivas	6.375.000,00
- Apoio a saude e emergencia	3.000.000,00
- Apoio a educacao	2.000.000,00
- Projeto de preservacao cultural	2.000.000,00
- Reserva para negociacao - apoio as atividades produtivas	1.625.000,00
- Aquisicao hospital (completo pela CURD)	500.000,00
- Fundo para despesas - gerencia Programa	1.000.000,00
SUB-TOTAL	45.152.500,00
Reserva tecnica - aproximadamente 10%	4.847.500,00
TOTAL CZ\$	50.000.000,00
Ur. em julho - 136.429,37 OTH.	

QUADRO 5.4C
ALDEIAS BENEFICIAADAS PELO TERMO DE COMPROMISSO
ELETRONORTE-FUNAI

ALDEIAS	POPULACAO
1. Barreirinha	121
2. Baixao do Peixe	222
3. Cachoeira	137
4. Cachoeirinha	61
5. Coçalinho	122
6. Crioli	98
7. Cacimba Velha	154
8. Colonia	289
9. Coquinho II	54
10. Chapadinha	37
11. Cajazeira	29
12. Cana Brava	388
13. Genipapo	59
14. Ingarama	39
15. Jatoba	44
16. Jurua	55
17. Lagoa Comprida	256
18. Mangueirinha	46
19. Mare Chico	93
20. Mussum	118
21. Nova-Moacir	33
22. Nova-Barreirinha	48
23. Nova	118
24. Porco	48
25. Sabonete	14
26. Sao Pedro	284
27. Santa Maria	26
28. Samauma	62
29. Sitio	34
30. Sardinha	81
31. Sapucaia	57
32. Tamboril	11
33. Uruku	158
	3.276 indios Guajajara

5.4.2.2 Interferências no Território e na Sociedade Tenetehara-Guajajara

Embora possa se considerar o impacto ecológico do desmatamento de 371,25 hectares (22,5 km de comprimento x 165 m de largura) como permanente e de consequências deletérias para a integridade da área em tela e para isso é essencial que se faça um estudo dessa natureza, o que é mais importante, no entanto, é o impacto provocado na cultura e na organização sócio-política dos Tenetehara-Guajajara.

Esse impacto, porém, se integra no conjunto de outras interferências exógenas e é mediado pelo modo e pela qualidade da atividade tutelar da FUNAI. De certa forma, é quase impossível, se não desnecessário, atribuir um impacto singular das LTs sobre esses índios. Ele é importante pela permanência, por um lado e, por outro, pelas indenizações que trouxeram às aldeias e comunidades Guajajara, sobretudo essa última LT, cujo Termo de Compromisso beneficiou todas essas comunidades do Município de Barra do Corda.

Porém, comparado com o impacto da construção da BR-226, a passagem das LTs foi negociada de uma forma respeitosa e amigável, que procurou trazer benefícios permanentes de ressarcimento. Comparado com o Convênio CVRD/FUNAI, entretanto, as LTs foram desvantajosas, pelo simples fato de que atingiram os índios fisicamente.

Os benefícios de ressarcimento trazidos pelas LTs (1980-82 e 1987-88) foram majoritariamente implantados com sucesso, embora tenha havido algum desperdício, por falhas técnicas ou impossibilidade geológica (no caso de não implantação dos poços artesianos), ou por ineficiência nos projetos agrícolas. Grande parte do segundo programa de ressarcimento ainda está em andamento), como o projeto de irrigação e muitas construções previstas para as aldeias.

O contrário é verdadeiro em relação ao programa de ajuda econômica trazido pelo Convênio CVRD/FUNAI entre 1984 e 1987. O que se realizou fisicamente, como escolas, enfermarias e casas de farinha, foi

apenas em 1985. Nos anos seguintes pouco mais que ajuda médica foi eficientemente realizada. O resultado é que esse Convênio ganhou a fama de desperdiçador de recursos.

É importante notar que o sucesso ou insucesso, tanto da entrada de um programa de trabalho, ou de um projeto de ressarcimento, como da sua realização, dependem da conjuntura sócio-política em que se encontra a FUNAI em determinado momento. Coincidentemente, os 1º e 2º Circuitos e seus programas de ressarcimento foram beneficiados pelo trabalho de um indigenista que conhecia os Tenetehara-Guajajara e que se empenhou em realizá-los com honestidade e firmeza.

5.4.3 Área Indígena Mãe Maria

5.4.3.1 Convênio ELETRONORTE/FUNAI/Comunidade Indígena

Em 1977, iniciaram-se as negociações com a ELETRONORTE, para a instalação das Linhas de Transmissão do 1º circuito do trecho Marabá-Imperatriz.

No mesmo ano, técnicos dirigiram-se à área, afim de efetuar os levantamentos topográficos iniciais necessários ao traçado da linha de transmissão. Até então, os Gavião desconheciam os acontecimentos e os técnicos, os direitos indígenas. A verdade é que alegaram não ter conhecimento de que a referida área era indígena, embora, desde 1943, o governo estadual houvesse concedido aquela área aos Gavião.

Mesmo tendo sido sugerido pelos índios, o desvio do traçado sobre a aldeia é recusado, sob justificativa de que implicaria em "custos substancialmente elevados para a ELETRONORTE". A atitude de enfrentamento em que os Gavião se lançaram, após a safra de 1976, levou-os a estabelecer certas condições em relação a negociações, no que diz respeito à fixação da indenização: contrato por escrito com direitos e obrigações dos envolvidos, e o pagamento a ser efetuado diretamente à comunidade indígena. A primeira proposta encaminhada à ELETRONORTE, após os levantamentos da área, das castanheiras e de

~~Outras indústrias, fixava o valor em 2,7 milhões de cruzeiros.~~

A ELETRONORTE foi autorizada pelo Decreto 80.100 de 08.08.1977 a construir uma linha de transmissão em faixa de terras da reserva indígena Mãe Maria, cabendo a FUNAI estabelecer o valor da indenização. Não foi mencionada a participação da comunidade indígena nas negociações, o que veio a prejudicar os acordos que vinham sendo realizados.

Mas mesmo assim, os índios mantiveram a proposta, reajustando-a em 4,6 milhões de cruzeiros.

Em setembro/1978, representantes da comunidade indígena elaboram a 3ª proposta enviada à ELETRONORTE através da FUNAI, estipulando o valor de 12,5 milhões de cruzeiros. Mas representantes da empresa estatal condicionaram à aceitação, após a instalação das torres.

Em 1979, os índios Gavião viajam a São Paulo e elaboram a 4ª proposta no valor de 53 milhões de cruzeiros, a qual não foi aceita pela ELETRONORTE. E quando a empresa resolveu negociar com os índios, o valor já havia sido reajustado para 80 milhões de cruzeiros.

Em abril/1980, os presidentes da FUNAI e da ELETRONORTE dirigiram-se à área indígena para apresentar sua contraproposta, visto que achavam exorbitante o valor apresentado pelos índios. Tendo o presidente da FUNAI ameaçado os índios de intervenção militar na área, caso saísse de lá sem uma proposta acertada.

Ao final de quatro longos anos de negociações, a ELETRONORTE/FUNAI e a Comunidade Indígena acertam o valor da indenização, fixado em 40 milhões de cruzeiros, a ser paga diretamente à Comunidade Indígena antes do início das obras. Tal indenização cobre a utilização de 290 hectares (uma faixa de 136 m de largura x 19,5 km de comprimento), para a instalação do 1º e do 2º circuitos da LT Marabá-Imperatriz, no território indígena.

- Aquisição, para a comunidade, de uma camioneta tipo D-20, cabine dupla.

Tem grande utilidade no deslocamento dos índios pelo território e para fora dele (km 12, comércio, Marabá, etc.). É dirigida por um índio, motorista da comunidade.

- Construção, na aldeia, de uma garagem para proteção um caminhão e de uma camioneta.

5.4.3.3 Interferências no território e na Comunidade Indígena

As linhas de transmissão do 1º e 2º circuitos da UHE Tucuruí no trecho Marabá-Imperatriz, paralelas à rodovia PA-332, representa uma das obras de impacto ambiental no interior do território indígena.

Quando da construção da PA-332 (ex PA-070) que corta a área no sentido leste-oeste, os índios Gavião foram duramente afetados sem, entretanto, poderem manifestar sua opinião ou mesmo exigir seus direitos, diante dos prejuízos com a construção.

Foi desmatada uma faixa, por onde passa a linha de transmissão da ELETRONORTE, de 290 hectares. Nessa faixa encontravam-se castanheiras, árvores de madeira de lei e frutíferas, que eram reservas alimentares para os índios da área.

As linhas passaram exatamente sobre a aldeia do "Trinta" (sendo necessário sua transferência para o outro local, do outro lado da PA e a 1 km de distância dela, seguindo para o interior), abrangendo parte de roças como também o cemitério.

Incontestavelmente, o deslocamento dos índios da aldeia, a perda de suas roças, o abandono do cemitério, o desmatamento ocorrido nestes 290 ha, que reduziu a área disponível à caça, são fatos que abalaram a comunidade indígena Gavião.

Os fatores positivos dessa transferência da aldeia para outro local são: favoreceu o projeto de KROHOKRENHUM em construir uma aldeia circular, conforme tradição dos Timbira; possibilitou a reorganização social, econômica e política desses índios Gavião, diminuiu o perigo causado à aldeia, devido à proximidade desta em relação a rodovia; diminuiu o barulho, a poeira e a poluição causada pelo tráfego constante de veículos.

A ELETRONORTE, apesar dos problemas ocorridos, abandonou seu posicionamento anterior e reconheceu a legitimidade das reivindicações dos índios em negociar com eles, considerando-os.

5.4.3.4 O uso da Faixa pelos Gavião

A faixa desmatada para a instalação da linha de transmissão é de 290 ha.

Já que na faixa é limitado o uso, ou melhor, esta deve ser aproveitada compativelmente com a manutenção e preservação das linhas, a ELETRONORTE plantou capim, implicando numa maior disponibilidade de pastagens.

Atualmente não estão fazendo uso da faixa, mas têm projeto de cercar toda a área desmatada a ser utilizada no aproveitamento de criação de gado, previsto para o próximo ano.

5.4.3.5 RECOMENDAÇÕES/CONCLUSÕES

- Instalação de cerca ou proteção adequada, para cada uma das torres metálicas previstas no Convênio firmado em 1980 pela ELETRONORTE/FUNAI/ Comunidade Indígena.
- Evitar os desmatamentos na área.
- Krohokrenhum liderava a "Turma do Cocal" e mais tarde "procurou agrupar outros sub grupos em uma só aldeia, na tentativa de que os Gavião sobrevivessem enquanto etnia... enfrentou

adversidades ... até mesmo questionamentos internos quanto a sua liderança existiram. Mas em nome da sobrevivência do grupo, a liderança de Krohokrenhum sobrevive até os dias de hoje, tornando o grupo indígena conhecido como Gavião, respeitado por todos ... Destaca-se ainda a liderança de Krohokrenhum, nas negociações com a ELETRONORTE, tanto na ocasião da instalação das linhas de transmissão pelas terras da área Mãe Maria, quanto no acordo sobre a Área Indígena Gavião da Montanha. Também se destacou Krohokrenhum com a negociação realizada com a Cia. Vale do Rio Doce quando da instalação da Ferrovia Carajás-Itaqui nas terras indígenas ...",

Assim sendo, é necessário cuidado com os problemas que podem surgir com a comunidade indígena Gavião para não colocar "em risco" a unidade obtida arduamente e heroicamente pelo líder Krohokrenhum (relatório sobre visita à aldeia Kaikoture, 1988).